TEXTO PARA DISCUSSÃO

SEGURANÇA

Dezesseis questões sobre Juventude e Segurança Pública

José Luiz Ratton

Este texto não tem pretensões outras que abordar, de forma exploratória e crítica algumas questões sobre juventude e segurança pública.

Não se propõe aqui tentar uma definição de juventude, mas parte-se do suposto de que tal categoria é polissêmica, tanto no nível da análise, quanto no nível das representações e disputas societárias acerca dos seus conteúdos práticos.

Há diversas teorias nos planos biológico, psicológico, socioantropológico etc mas, para os propósitos deste texto, basta saber que:

a) o foco de análise é este contingente de indivíduos entre 14 e 29 anos (grosso modo), que articula e vivencia percepções mais ou menos comuns (politica, cultural e existencialmente) sobre si e sobre o mundo;
b) as assim chamadas políticas públicas dirigidas para a juventude podem incidir sobre grupos juvenis de forma a prevenir a ocorrência de processos violentos e/ou criminosos (que seriam, de certa forma, os objetivos de políticas públicas de segurança, em um sentido ampliado, não restritivo).

Sem cair em essencialismos de qualquer natureza e recusando o tratamento da juventude como problema, é forçoso reconhecer que os indivíduos situados nas coortes etárias consideradas como “jovens” formam a maioria dos protagonistas e das vítimas de diversas modalidades criminosas e de diversas formas de violência. E esta é a questão central a ser enfrentada.

Para tal, é preciso levar construir, nos diferentes planos da intervenção pública, bem como de suas parcerias com as formas de associação e organização da sociedade civil, mecanismos de prevenção do crime e da violência específicos, em diferentes níveis, de forma articulada com mecanismos coercitivos de controle da criminalidade, voltados para a população em geral, mas também para a juventude.

De forma geral, é preciso pensar que as políticas, projetos, programas e ações de prevenção e controle da violência e do crime, com suas especifidades juvenis, digamos assim, devem focalizar tanto o protagonismo quanto a vitimização juvenil e devem atuar, de forma combinada, no plano da prevenção geral, da prevenção específica para setores mais vulneráveis da juventude e a para a prevenção ultra-específica, voltada para protagonistas e vítimas recorrentes dos processos de produção da violência e do crime.

Sabe-se também que existem relações entre os caminhos específicos da história brasileira e as representações práticas que operam no plano da percepção da juventude em nosso país e que explicam o estado em que nos encontramos e não devem ser desprezados pelo analista atento. No entanto, a despeito disso, não é possível obscurecer o fato de que há, na contemporaneidade, a necessidade de construção de Políticas Públicas que possam focalizar os elevados patamares de protagonismo e vitimização juvenil no mundo do crime, no mundo da violência e dos seus intercruzamentos, a despeito e apesar de suas origens.

Tais políticas públicas voltadas para a juventude, que supostamente teriam (ou deveriam ter) alguma relação de impacto na prevenção e no controle do crime e da violência, estão assentadas em equívocos conceituais. Por outro lado, e em íntima relação com tais equívocos de concepção, deixam passar ao largo algumas das questões mais urgentes no que diz respeito às relações entre juventude, crime e violência. As linhas que se seguem buscam identificar tais equívocos de concepção – e suas consequências – além das lacunas temáticas, a saber, a ausência de programas e projetos que foquem algumas dos problemas centrais para a construção de políticas públicas de Segurança, em suas interfaces com a questão da juventude.

1) Os programas e projetos construídos no âmbito do governo federal, especialmente aqueles localizados dentro do Pronasci, pouco levam em conta a posição dos jovens no interior das dinâmicas comunitárias reais em que estão situados. Em outras palavras, ao fragmentarem seu escopo de atuação, dirigindo-o apenas para os indivíduos em situação de vulnerabilidade ou para fragmentos do seu entorno, não precebem como a atuação combinada das dinâmicas familiares, da vizinhança, dos mercados ilegais etc funcionam como *background* preditivo das percepções das possibilidades sociais efetuadas pelos jovens, influenciando permanentemente suas escolhas e ações.

Programas e projetos voltados para a juventude, portanto, se quiserem atuar na prevenção específica de violência e crime, devem levar em conta tais imbricações entre estrutura social e comportamento juvenil, de forma a afetar, tanto contextos de oportunidades, quanto atitudes e comportamentos juvenis.

2) Não há programas e projetos consistentes no Brasil, dirigidos para internos e para os egressos do Sistema de Medidas Sócio-Educativas e/ou do Sistema Prisional. O enorme contingente de jovens que é objeto de medidas sócio-educativos ou de penas privativas de liberdade praticamente não tem recebido atenção adequada do Poder Público, em seus diferentes níveis (Federal, Estadual e Municipal) tanto durante o período de internação/aprisionamento, quanto no momento posterior.
   Se considerarmos que a reconstrução das trajetórias de parte destes indivíduos pode ser influenciada fortemente por programas públicos voltados para sua reinserção, torna-se ainda mais urgente a formulação de programas e projetos nesta área.

3) A questão das gangues e galeras é praticamente ignorada pelos projetos e programas voltados para a juventude. A compreensão das distintas dinâmicas de organização juvenil, em suas especificidades etnoculturais, de classe, gênero, região, é fundamental para construir políticas públicas para a juventude envolvida em atividades organizadas – legais e ilegais – relacionadas a disputas territoriais. Merece atenção a possível imbricação destas gangues com redes mais ou menos estruturadas de venda de drogas ilícitas, bem como de mercadorias lícitas em contexto de extorsão. Deve ser levado em conta o fato de que as formas de organização juvenil em associação com processos violentos e/ou criminosos devem ser entendidas em suas especificidades contextuais e regionais, que podem ser muito diferentes.

4) As Torcidas Organizadas, outra importante e específica forma de organização juvenil, que muitas vezes se associa com dinâmicas violentas e/ou criminosas e que também têm bases territoriais intra-urbanas, não são objeto de Políticas Públicas dirigidas para suas diferentes manifestações. As T.O.s assumem formas as mais complexas e variadas, combinando trabalho de assistência em bairros, com formação de brigadas realmente violentas. Entender suas diferentes manifestações, as relações entre lideranças organizacionais e lideranças de bairros, os níveis de autonomia de seus

integrantes pode ajudar a formular políticas mais avançadas e eficazes. Em geral são tratadas exclusivamente como fonte de problemas e criminalizadas, sem que exista qualquer esforço de interlocução e de construção de ações específicas de aproximação. As Polícias e o Judiciário, em geral, não estão preparados para lidar com as T.O.s com níveis de complexidade superiores aos da pura repressão.

5) Outra questão que não parece atrair a atenção dos formuladores de políticas públicas para a juventude, para além das obviedades, é o da violência na escola. A incapacidade de articulação do setor educação com o setor segurança tem impedido a construção de saídas inter-institucionais para este problema público. Programas de prevenção da violência nas escolas devem, necessariamente, buscar qualificar dimensões curriculares adequadas às linguagens juvenis, intensificar a participação familiar e comunitária de forma permanente, qualificar os professores e os policiais para o tema, articular a dimensão educativa e a de mediação de conflitos de forma a integrar educadores e policiais.

6) As chamadas Políticas Culturais voltadas para a Juventude são construídas como se fossem preventivas por natureza, supostamente oferecendo aos jovens em situação de risco e vulnerabilidade, oportunidades e reconhecimento que seriam alternativas às carreiras criminosas. No entanto, é impensável supor que oficinas de percussão e grafitagem, apenas para citar exemplos amplamente utilizados, possam constituir alternativas sustentáveis, se tomados de forma exclusiva, para setores da juventude atraídos eventual ou permanentemente para atividades criminosas.

7) As Políticas de Drogas (lícitas e ilícitas) devem dialogar com as especificidades das dimensões juvenis da questão. Desta maneira, subtemas como educação para a saúde, redução de danos, acompanhamento e tratamento de jovens usuários e dependentes, reinserção pós-acompanhamento e têm que estar integrados às características inerentes às juventudes. Ressalte-se o fato de que abordagens, programas e projetos voltados para as relações entre o consumo e a venda de drogas lícitas e ilícitas devem atuar de forma a não hipostasiar o papel das drogas na produção do crime e da violência.

8) Parte da violência e do crime protagonizado por setores juvenis dirigem-se para outros jovens socialmente muito assemelhados aos praticantes da violência.

   Ademais, muitas vezes, as dinâmicas violentas não permitem localizar um pólo de protagonismo e envolvimento versus outro pólo de potencial vitimização.
   Acusados e vítimas eventuais estão inseridos em contextos, redes e situações de mútuas possibilidades pró-ativas e reativas.
   Intervir preventivamente nestas dinâmicas é estratégia fundamental de prevenção. Seja no campo de monitoramento das atividades das gangs e galeras, seja na mediação de conflitos em situações de proximidade e vizinhança.

9) A violência juvenil de gênero deve ser objeto de preocupação em diversos planos. A vulnerabilidade feminina à violência de gênero pode e deve ser prevenida com intervenções e ações públicas específicas voltadas para a juventude. Projetos e programas devem estar voltados para o empoderamento das mulheres jovens e para os processos de socialização na direção da construção de uma cultura não sexista.

10) As políticas voltadas para jovens em situação de vulnerabilidade pós-aprisonamento devem necessariamente incorporar mecanismos de reconhecimento que envolvam a questão da empregabilidade de forma a suscitar percepções alternativas ao mundo do crime. Considerando a questão da empregabilidade não apenas do ponto de vista material, mas como fator essencial de integração e reconhecimento de amplos setores da juventude.

11) A questão religiosa, ou as questões religiosas, devem ser levadas em conta quando falamos de prevenção da violência e do crime que envolva jovens como protagonistas e jovens. Há um conjunto de iniciativas voltadas para este público, com os conteúdos os mais diversos, que funcionam em maior ou menor escala para diferentes tipos de situações e que devem estar em sintonia com as ações públicas em seus distintos níveis. Há um certo preconceito contra a atuação religiosa nesta área, mas não é sensato desprezar o potencial “recuperador” de parte destas alternativas, entendendo-as como uma parte não exclusiva de um grupo mais amplo de iniciativas preventivas.

12) Políticas de prevenção do crime e da violência voltadas para a juventude devem ser capazes de compreender os distintos padrões de diferentes trajetórias, bem como os potenciais de saída de carreiras criminosas e/ou violentas que estão disponíveis para parte dos jovens envolvidos com redes e dinâmicas de tais naturezas. O entendimento da "desistência" (dos jovens em relação às possibilidades de carreiras criminosas) é fundamental para orientar políticas e estratégias voltadas para a identificação dos momentos e externalidades favoráveis a tais "saídas".

13) Políticas de prevenção do crime e da violência podem e devem ser estimuladas, também, em um plano que envolva uma perspectiva desenvolvimentista, ou seja, envolvendo família, escola e comunidade, desde as primeiras fases da infância. Este tipo de prevenção, voltado para a infância, tem mecanismos de causalidade que afetam o desenvolvimento infanto-juvenil no longo prazo, de forma mais eficiente e sustentável do que programas iniciados quando já há exposição continuada de setores da juventude aos constrangimentos e externalidades favoráveis à consolidação de carreiras criminosas ou violentas. Em outros termos, parte das políticas de prevenção do crime e da violência voltadas para a juventude, devem estar dirigidas para grupos populacionais de crianças e adolescentes: políticas de juventude antes da juventude.

14) Os programas de proteção à criança e adolescentes ameaçados de morte padecem de estrutura e de escala. A ampliação e o fortalecimento dos programas de proteção às crianças e adolescentes ameaçados de morte devem contar com projetos integrados envolvendo executivos estaduais e federal, ministério público estadual e federal, Judiciário.

15) Relação Polícias-Juventudes. Com raras e e honrosas exceções, como iniciativas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Ceará, não há programas desenvolvidos dentro das polícias ou em articulação com elas, voltados para a juventude. Desconsidera-se o fato de que boa parte dos novos contingentes policiais pertence a coortes juvenis e que tais setores policiais vivenciam, de forma ambígua e paradoxal, os dilmas sociais e culturais que a juventude como um todo experimenta, ao mesmo tempo em que são "constrangidos" por diversos e contraditórios aspectos das culturas e práticas policiais.

Praticamente não há programas específicos para lidar, preventivamente com estas tensões.

Por outro lado, não há mecanismos de aproximação entre as organizações policiais e as múltiplas formas organizadas e semi-organizadas de expressão juvenil.

Finalmente, não há iniciativas e ações consertadas no sentido de produzir conhecimento, relativo às questões discutidas neste tópico, que interfiram e gerem impactos na formação policial.

16) Questões étnico-raciais, orientação sexual e juventude. Tanto os processos de vitimização quanto o protagonismo juvenil na produção do crime e da violência estão relacionados a dinâmicas societárias gerais e específicas. As dinâmicas sociais gerais foram discutidas nos ítens anteriores, mas é preciso construir mecanismos de prevenção capazes de captar as especificidades de setores da juventude com vulnerabilidades específicas, como jovens das populações negras, indígenas e tradicionais. O mesmo vale para a questão da homofobia e suas interfaces com a questão da violência.